

METROPOLIZAÇÃO: A REPRODUÇÃO DO URBANO NA CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO

EIXO DE URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA: DIREÇÃO SUL - SUDOESTE DA METRÓPOLE PAULISTANA

*Odette C. de L. Seabra¹
Lourdes de F. B. Carril²*

O objetivo deste artigo é relatar o trabalho de campo apresentado como uma vertente dentro de diversas propostas existentes no XV Encontro Nacional de Geógrafos, “O espaço não pára: por uma AGB em movimento”, realizado entre os dias 20 a 26 de julho de 2008, na Universidade de São Paulo. Uma vez que se refletiu se tratar de prática histórica de trabalho na Geografia, consideramos muito importante organizar um trabalho de articulação da teoria à prática. Essa possibilidade de trabalho nasce com a própria história da ciência geográfica e sempre esteve presente em diversos momentos da geografia brasileira e dos encontros de geógrafos da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Com o propósito de discutir o tema **Metropolização: a reprodução do urbano na crise da sociedade do trabalho**, utilizando a metodologia de Trabalho de Campo, buscou-se identificar nas modalidades de uso do espaço da várzea do rio Pinheiros e na expansão periférica em direção a Capão Redondo fenômenos do processo que ora

¹ Profa. Dra. do Departamento de Geografia da FLLCH/USP.

² Profa. Dra. do Curso de Licenciatura de Geografia do IFSP/SP.

destacamos no âmbito da metropolização de São Paulo. O ambiente construído, integração com exclusão, as atividades e negócios; presenças e ausências inscritas no espaço urbanizado; sincronias e diacronias foram vistos como parte da dinâmica da fragmentação urbana contemporânea.

O exame da valorização do espaço urbano indica um fenômeno complexo, que se expressa na desconfiguração do desenho centro-periferia e no fato de que a periferia já não é homogênea, pois os investimentos públicos e privados acabam por privilegiar também espaços urbanos distantes do centro. Esse processo, ao mesmo tempo em que vai multiplicando os centros e valorizando esses espaços periféricos, constrói uma forma de banimento social e espacial exemplificado por grandes bolsões de pobreza urbana, nos quais se verifica a presença da cor como condição social da reprodução urbana. Porém, também produz tensões ao aproximar a pobreza da riqueza e ao mesmo tempo apartar mundos tão diferentes.

Dessa forma, a análise teórica e a visita de campo se articularam a partir das reflexões e da exposição do processo histórico incluídas nos textos a seguir, lidos e discutidos com os participantes do trabalho, contribuindo para analisar o cenário urbano visualizado no aqui denominado Eixo de urbanização periférica: direção Sul - Sudoeste da metrópole paulistana.

METROPOLIZAÇÃO: A REPRODUÇÃO DO URBANO NA CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO

Quando a urbanização já não pode ser explicada pela presença das indústrias e, sobretudo por seus fatores indutores como fora no passado, torna-se necessário ampliar os horizontes do raciocínio porque a síntese de processos e de situações espelhada nas nossas metrópoles propõe novos e inusitados enigmas para o pensamento e para a prática.

A configuração do mundo moderno em todos os seus âmbitos (até anos oitenta), induzido pela industrialização, está sendo perpassada por conquistas da ciência e da tecnologia, esta que se realiza sobre os escombros das fases anteriores, tendo por centro a informação e a comunicação. As inovações continuam a impulsionar o movimento da modernidade e, projetando-se nos territórios do urbano, criam espaços de riqueza que contrastam com espaços de miséria, no encadeamento de processos de atualização científica e técnica. Por isso, o primeiro mundo pode estar também no terceiro mundo.

Não foi ao acaso que muitos estudos insistiram na distinção do moderno em relação ao pós-moderno sob hipótese de que se trataria de uma situação na qual o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho estaria travado. Tese que abrigou a discussão do trabalho científico-intelectual como gerador de mais-valia (trabalho imaterial, trabalho do conhecimento). Trata-se pelo menos de aceitar os imperativos das concepções neoliberais relativas à flexibilização do trabalho com a reestruturação produtiva. O que, entre nós, é uma evidência, pois essa reestruturação foi o caminho traçado para a assimilação do progresso técnico. Tanto que o crescimento do emprego terciário é um indicador de mudanças tão amplas que parecem configurar uma nova forma de sociedade. Afinal, estão sendo abaladas: as formações de classes, camadas, ocupação, papéis dos sexos, família nuclear, a agricultura, tudo isso implicando em novas formas de usar o tempo.

Numa perspectiva da crítica (crítica da economia política) a concentração sócio-espacial (do capital e do trabalho) que se processou levou a urbanização da sociedade esta que, no seu desdobramento, configurou a metrópole à medida que generalizava o sistema de trocas.

Originalmente, coube à cidade a condição de centro da articulação do sistema produtor de mercadorias. A cidade foi sendo sujeitada a tal metamorfose que gerou, num primeiro momento,

positividades ao retirar dos isolamentos contingentes expressivos de população. Pode-se até dizer que a humanidade chegava a potencializar-se mais plenamente na cidade. Mas, no sistema produtor de mercadorias o valor de troca acaba sendo a medida de todas as coisas em que pese a impossibilidade histórica estrutural de integração da população em geral nos nexos da mercadoria com equidade. A dupla determinação que incide historicamente sobre a cidade, ora como lugar de reunião, de obras e de festa, ora também como lugar dos negócios, da racionalidade prática dos agentes, enfim da valorização do capital enquanto forma superior de riqueza em sua luta por reprodução, num curto lapso espelhou o terceiro termo como síntese contraditória desse processo. É então que nos termos da anticidade se revelaria a metrópole. Na perspectiva da Geografia Urbana, está sendo largamente admitido o processo de implosão-explosão da cidade, do qual resultam fragmentação-rupturas intraurbanas e explosão de fragmentos, que dão realidade às amplas periferias metropolitanas. Essa contradição original mesmo sem resolução realiza-se num quadro de uma urbanização crítica (Damiani, 2004), com graus cada vez maiores de complexidade.

A sociedade do risco, segundo a sociologia inglesa, é a formação que surgiu dessa metamorfose exatamente à medida que a urbanização avassaladora se espalhou como fenômeno global.

As tecnologias do cotidiano como o automóvel, as novas estruturas de comércio e o abastecimento urbano, entre outras tantas modificações produzem uma espacialidade muito complexa. A pobreza e a riqueza vêm-se mutuamente no espaço urbano e se apresentam como se fossem naturais (naturalmente pertencentes à ordem das coisas) porque a alienação em geral, no seu limite extremo, está sendo reificada. O que equivale dizer que os padrões de consumo na metrópole do capitalismo global, ao se reproduzirem estruturam verticalmente a

sociedade segundo os modelos de consumo, de alto a baixo. Sejam nos equipamentos domésticos, no vestuário ou no lazer. Coisificação ou reificação quer dizer que as coisas controlam e orientam as pessoas.

Portanto, a reprodução do urbano como quadro de vida articula pelo consumo a família, o trabalho e o lazer num movimento contínuo que parece sem limites.

Trata-se, portanto, de identificar e de discutir as evidências e os atributos do espaço urbanizado que servem de mediações da reprodução social (reprodução crítica) e indicam esse nível da complexidade do espaço social.

No que se refere a esta área de estudo, é por demais conhecido que a zona oeste de São Paulo, incluindo todo o vale do Pinheiros (Pinheiros, Alto da Lapa e adjacências) se constitui numa área muitíssimo valorizada de São Paulo com um diferencial que é hoje muito evidente. Desde os anos 1920 grandes companhias aí exerceram monopólios sobre as propriedades urbanas. A Companhia City de loteamentos urbanos, a Light, voltada à montagem do sistema hidrelétrico de São Paulo, Dumont Villares, idealizador do Distrito industrial de Jaguaré, Francisco Matarazzo Neto, do Distrito Industrial de Jurubatuba. Mais recentemente, evidenciando processos de atualização nas formas de capital dominante, as produções, “objetos urbanos” ligam-se à imagem de São Paulo como cidade global, pela predominância de investimentos de capital financeiro e por concentrar uma área de serviços sofisticados.

Foi, portanto, a partir do monopólio exercido sobre as propriedades, entre anos 20 e 60, que estes terrenos de várzea e baixos terraços foram reservados para grandes projetos que interessam, na atualidade, aos grupos econômicos. Disto decorre e o montante dos investimentos públicos aí concentrados, a política de higienização do espaço com as remoções de favelas por toda região e, sobretudo, o ar de modernidade que esta área pode hoje ostentar.

VALE DO PINHEIROS: AS VÁRZEAS

As várzeas formam a característica mais marcante do sítio urbano de São Paulo. No setor sudoeste, acompanhando o canal de retificação do rio Pinheiros, vamos excursionar pelas várzeas até o Distrito Industrial de Jurubatuba; depois, na região sul, até o Jardim Ângela. Portanto, de partida seguiremos pelo eixo sudoeste, a saber: ao longo do canal de Pinheiros há um sistema de vias expressas e um sistema de trens metropolitanos instalados sobre a várzea que acompanham o canal. São, naturalmente, superfícies planas que suportam a expansão de bairros nobres de São Paulo, tais como o Alto de Pinheiros (lado esquerdo do nosso trajeto) e City Butantã, o Morumbi do lado direito, com residências planejadas que orlam o canal até por volta da ponte Cidade Jardim. Nesse trecho, grandes estruturas de clubes (o Clube Alto de Pinheiros, o Clube Pinheiros e a Hebraica de São Paulo), o Instituto Butantã, a Cidade Universitária, o Jóquei Clube de São Paulo, instalados na margem direita do canal, denotam um processo de valorização do espaço interessando a presença de população de renda alta.

O uso do espaço das várzeas bem como dos espaços circundantes foram estrategicamente pensados visando assegurar a valorização das propriedades nessa localidade. Por isso foram, inclusive, selecionados usos que impedissem a sua popularização.

O processo de valorização deste setor de várzea tem suas bases na montagem do sistema hidrelétrico de São Paulo a partir dos anos 20 do século passado. Implicou na supressão dos meandros deste rio bem como na inversão do seu curso. Originalmente, o rio Pinheiros era afluente do rio Tietê e serpenteava por uma extensa várzea. Agora é um canal de 25 quilômetros que serve de ligação entre a represa Billings e a Bacia de Alto Tietê, sendo o objetivo dessa interligação canalizar o escoamento superficial dessa bacia para o sistema gerador do pé da serra em Cubatão. Foram executadas ao longo do canal as seguintes obras: Estação Elevatória de Traição, localizada no km 12,5 que secciona o canal em dois segmentos com

diferentes níveis. O primeiro, entre o Tietê-Traição com 710,0 m de nível do espelho d'água. O segundo, entre Traição e a Estação Elevatória de Pedreira, com 715 m de nível do espelho d'água. De Pedreira, a água do Tietê é lançada na represa Billings.

A política nacional de transportes do final dos anos 1950 valorizava os terrenos das várzeas para implantação do sistema das vias expressas em São Paulo. Como parte de tais políticas foram construídas as avenidas marginais do rio Pinheiros, o que redefinia a questão da acessibilidade para uma quantidade muito expressiva de terrenos que, até então, não tinham tido usos urbanos. Grandes extensões de terrenos puderam abrigar grandes projetos tais como o Ceagesp, o Centro Empresarial e projetos imobiliários de diferentes tipos. E, inclusive, o Distrito Industrial de Jurubatuba. O processo de valorização das várzeas, depois de ter sido quebrado o monopólio da Light, jamais abrigou um padrão ou um modelo de uso. No entanto, há uma tendência, aliás, bem definida nas estratégias imobiliárias, de obtenção de máxima renda, como se verá a propósito da avenida Luiz Carlos Berrini.

O trem metropolitano que acompanha o canal serve ao transporte urbano de população trabalhadora que se desloca da periferia, zona sul, para os bairros nobres de São Paulo, na zona oeste e também daí para outras localidades aproveitando-se da conexão existente com o sistema de trens e metrô.

Santo Amaro funciona em relação à metrópole de São Paulo, como porta de entrada e de saída de um imenso contingente de população que habita a região sul ou região dos mananciais.

AVENIDA LUIZ CARLOS BERRINI: MAQUETINHA DE NOVA YORK

As semelhanças não são mera coincidência. Ao contrário, respondem às estratégias empresariais bem plantadas no setor sul da cidade de São Paulo. São estratégias ligadas aos fenômenos

de internacionalização e financeirização, situadas na confluência dos interesses que movem o moinho satânico do capitalismo em escala global e que se materializam no longo da marginal do Pinheiros, em São Paulo.

O pleno domínio da várzea que foi território canadense em passado recente é, agora, um espaço produzido com atributos de primeiro mundo, reluzente segundo a estética pós-moderna, e que nasceu “da noite para o dia”. São as grandes torres de escritórios, hotéis, casas de espetáculos, shopping centers que integram uma frente de expansão do circuito imobiliário do capital. O ambiente construído desenha um skyline que mimetiza os pólos de negócios nos países centrais.

São mega projetos que, em suas dimensões reduzidas, funcionam como elementos chave para decifrar o fenômeno urbano das últimas décadas. A forma atual de produção e consumo do espaço, as implicações do processo de financeirização, o apartheid social e as relações centro-periferia estão de alguma forma condensados nesses edifícios.

Está aqui demonstrado como no capitalismo, a partir de certo ponto, o movimento de reprodução ampliada pode racionalizar a irracionalidade de origem que consiste na imobilização de capital na terra. O ambiente construído nos anos 70 que configurou a bratklandia espelha uma modalidade de ação empresarial concebida para tentar neutralizar os efeitos da valorização do espaço que, logicamente, é traduzida no preço das propriedades dos imóveis. Por isso, a lógica do empreendimento monopolista, como neste caso, consistia em formar estoques de terra urbana pela compra das propriedades modestas dos moradores daquela localidade, as quais, no circuito reprodutivo do capital imobiliário funcionavam como matéria-prima para o capital em processo de valorização. Era uma estratégia que não só visava superar o problema de pagar pela valorização que a produção do espaço (no varejo) criava com as inversões de capitais produtivos, como, ao garantir

continuidade dos processos em curso propiciava a captação das rendas diferenciais que iam sendo geradas.

Mas isto foi apenas o início de um processo que galgou etapas muito mais complexas quando a desnacionalização de empresas e a financeirização, como lógica de remuneração dos ativos, começou a presidir os contratos, já então, sob a vigência do ideário neoliberal. As privatizações de empresas públicas justificavam a presença das empresas estrangeiras e a maior mobilidade do capital, o que fez crescer a demanda por edifícios de escritórios, hotéis, shoppings e serviços em geral. Foi criado um espaço tecnológico que, como disse, tem ares de primeiro mundo.

Um segundo óbice nesse movimento de produção/valorização era o da incorporação imobiliária porque a gestão da propriedade parcelada em condomínios funcionava como um entrave à livre circulação do capital. No proprietário estava a personificação da propriedade que constituía, em suas mãos, um bem de raiz cuja mobilidade tanto podia realizar-se através de herança como pelo acesso ao mercado, mas em condições que jamais puderam separar a coisa (o bem) da pessoa.

Acontece que estas produções que ocorreram no vale do Pinheiros obedeceram a cânones que, sem negar a propriedade, aprofundavam as relações capitalistas, transpondo de certa forma esse limite. A questão era a de separar a coisa da pessoa pela adoção de um sistema de crédito destinado a financiar produções comerciais para as quais não existia crédito. O mercado imobiliário estaria, assim, funcionando mais ou menos como um mercado de capitais pela abstração da propriedade, no limite como um capital fictício.

Como os promotores imobiliários tratam o imóvel como ativo financeiro, tornou-se desejável que o imóvel deixasse de funcionar como reserva de valor, mas como negócio que gera rendas. Discursos persuasivos passaram a sustentar que o melhor era alugar o imóvel necessário, liberando capital para atividades produtivas. Deu certo, pois a maioria dos imóveis pertence a investidores que alugam para empresas, bancos, multinacionais e outros.

Aproximado ao modelo norte-americano de crédito, o proprietário foi transmutado no proprietário de cotas de participação nos investimentos. A entrada dos fundos de pensões no financiamento imobiliário deu-lhes uma importância central no setor imobiliário. Como substitutos do crédito os fundos foram então remunerados com renda (porque se tornaram proprietários) e com valorização patrimonial; era a renda de aluguel dos grandes edifícios de escritórios de alto padrão, os quais são espaços de qualidade estrategicamente planejada para atrair multinacionais; a valorização patrimonial que é, em princípio, a expectativa de ganho pelo conjunto do processo, gera para cada empreendimento, em particular, ganhos que aparecem no portfólio do fundo como renda diferencial.

A renda, nestes termos, é a parte da mais-valia gerada na produção do espaço; portanto um mecanismo eficaz de captação de parte da riqueza da sociedade. Enquanto os lucros derivam de atividades produtivas e, portanto, reproduzem o capital, a renda situa-se na esfera da repartição da mais-valia, permite formação de capital.

Exatamente porque a mais-valia social está em relação com o sobre-produto social, os fundos de pensão interessam-se por prédios de alto padrão. Eles têm um maior potencial de valorização.

Sendo os fundos de pensão organizações poderosas da mundialização financeira, agilizam a produção, induzem à padronização dos produtos, aumentam a liquidez que, como consequência, estrutura um sistema de agentes interessados na intensificação do uso do solo urbano.

Ao final das contas, o deslocamento gerado no movimento especulativo, entre o valor do produto imobiliário (expresso no preço do imóvel) e sua base real, cria a necessidade do ajuste lá adiante; aí então a mercadoria (em salto mortal) na sua realização revela todo o processo do qual é expressão. Hoje, em certas áreas, a taxa de desocupação de imóveis chega a 70%. O que demonstra os limites desse processo.

Os fundos chegaram a ter 22% dos investimentos em imóveis, embora tenha sido uma aliança de fôlego curto. Tanto que hoje parecem estar mais propensos a desmobilizar seus ativos sob alegação de que não existe um referencial (parecido com a taxa básica de juros) de quanto deveria render um ativo imobiliário. Reproduzir um ativo a 12% a.a. é insignificante.

A atuação dos fundos chegou a estimular a organização de um mercado de ativos financeiros lastreados na produção imobiliária com a criação dos FII (Fundos de Investimentos Imobiliários), regulamentado em 1993, cuja finalidade é operar com o varejo.

Em meados dos anos 90, o Brasil passou a ser um dos maiores receptores de investimentos estrangeiros diretos no mundo. No entanto, a desnacionalização da economia produziu mudanças no mercado imobiliário muito menores que em outros setores. Instalaram-se, aqui, empresas de consultoria para atender seus clientes mundiais.

A vinda de empresas estrangeiras aumentou a demanda de imóveis de alto padrão. Essas empresas visavam à recriação de ambientes dos quais dispunham em seus países de origem. É com esse sentido que acabavam abrindo espaço para que empresas de consultoria atendessem clientes mundiais. De um modo geral, essas empresas operam com corretagem de escritórios e de imóveis industriais, serviços financeiros, consultoria imobiliária, gerenciamento de ativos, serviços corporativos, avaliação e pesquisa, o movimento no sentido da formação de joint ventures.

Mesmo contando com a empresa de grandes investidores (George Soros, Morgan Stanley, Trust Company of the West, entre outras), o processo de internacionalização, com investimento direto no setor imobiliário, é incipiente no Brasil. A maior parte das empresas que atua na produção das grandes torres ainda é nacional.

O perfil das empresas locatárias revela uma internacionalização da cultura, uma cultura globalizada que veio também das mãos das empresas nacionais e dos profissionais brasileiros que procuram reproduzir o modelo americano.

Toda a questão é que tais produções correspondem ao modelo ancorado em estabilização monetária a qualquer custo, desnacionalização, desindustrialização com expansão dos circuitos de valorização patrimonial e financeira. E, sobretudo, que num país periférico, combinando elementos de um processo de homogeneização com aspectos específicos próprios de nossa formação, resta o bizarro, como são os territórios que funcionam como enclaves urbanos, tal como acontece com estas produções na marginal do Pinheiros. Ali estão inscrições territoriais com limites bem precisos, quase fronteiras que separam a parte do todo. A integração desse espaço à economia global em nome da internacionalização funciona como separação, como fragmentação do ponto de vista da sociedade local.

Quem diria que a previdência privada (é isso que são os fundos de pensões), sucedânea da nossa velha e sempre ameaçada aposentadoria, teria, no movimento geral de reprodução capitalista, funções de agilizar os ciclos de realização do capital imobiliário à escala global.

Sobre o assunto consultar: “São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem”, de Mariana Fix (2007).

População Favelada segundo os Censos Demográficos e Censos de Favelas. São Paulo - 1980 - 2000

Anos	Total	Setores Subnormais	Censo de Favelas	Diferenças (**)
1980	8.493.226	375.023	-	-
1987	9.209.853 (*)	530.822 (*)	815.450	53,6
1991	9.646.185	647.400	1.434.134 (*)	121,5
1993	9.722.856 (*)	686.072 (*)	1.901.892	172,2
1996	9.839.066	748.455	-	-
2000	10.434.252	896.005	-	-

(*) Dados interpolados geometricamente

(**) Calculada como (censo de favelas - subnormais)*100/subnormais

Fonte: IBGE e Prefeitura Municipal de São Paulo.

A PERIFERIA COMO PROCESSO

Falar da periferia tem como perspectiva pensar um movimento contínuo de expansão periférica constituinte das formas do urbano. A forma urbana, nas suas metamorfoses, sintetiza a acumulação de tempos históricos/sociais e condensa o sentido e as significações históricas da cidade.

Os dados da tabela acima apontam para o aumento acelerado do número de favelas no período de 1980 a 2000 denotando a urbanização como processo crítico. A questão é que periferia está nos mais diversos espaços metropolitanos, não podendo ser mais identificada apenas com a distância do centro, pois encontra-se no seu interior, como é o caso do eixo visitado no qual verificamos a presença de favelas ao lado de condomínios fechados ou de empresas de escritórios extremamente modernos.

A centralidade do capital como expressão de socialização da vida construiu a periferização como processo, na perspectiva de que a periferia encontra-se generalizada, tornando-se uma condição social dos pobres na metrópole. Num movimento de reflexão sobre as continuidades e descontinuidades, concentração, simultaneidade, heterogeneidade e funcionalidade, no tempo e no espaço, os nexos que explicam de que maneiras se formam extensos bolsões de pobreza e de que maneiras estão contidas neles as determinações abstratas, não mais são entendidos apenas pelo seu distanciamento do centro, porque a periferia vai também se encontrar nas áreas centrais da metrópole. A periferia ganha novo contorno, uma vez que, nas circunstâncias históricas capitalistas, a concentração já constitui dialeticamente no seu interior a expropriação, no seu trajeto, a lógica que comanda a ordenação traz de forma latente o desordenamento. A reprodução do sistema econômico que, ganhando abstração e maior interferência nas várias dimensões da vida social, foi constituindo novas configurações de centro e periferia na morfologia do espaço urbano.

Quando centro era o comando das morfologias urbanas envolvendo a cidade e suas estruturas, no interior e no entorno da qual se desenrolava a vida social, o cotidiano dos trabalhadores e as formas expressavam tempos próprios. O processo de metropolização explodindo essas mesmas estruturas pela generalização do mercado ganha força e reproduz as condições para a construção/reconstrução do periférico, ao mesmo tempo em que pressupõe a existência de atores, estratégias, intervenções e contradições, que agem sobre a fragmentação sócio-espacial, fragmentando-o ainda mais. As várias escalas intervenientes possibilitam a tomada do tema como campo dinâmico em que se movem tais atores, em seus vários níveis de atuação e existência, porque a periferia expressa vida, seja por estruturas de comando que vêm das forças do narcotráfico, seja pelas igrejas evangélicas, seja pelas ONGs ou pelo hip hop ou pela Literatura Marginal, a Cooperifa, entre outras manifestações.

O aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho sobre uma base industrial construiu, antes de tudo, uma unidade (a metrópole), no interior da qual, simultaneamente, ocorrem as separações, promovendo, atualmente, também a mobilidade do centro. A dinâmica recente desse movimento se constitui pela formação de novas periferias que, não tendo mais a alavanca industrial como mecanismo de reconstrução do trabalho, se mobilizam na busca de mecanismos sociais e econômicos que, contendo o tempo histórico, pois já estando dentro, lutam pelo poder de mobilizar-se nesse espaço social excludente, a partir dos tempos e dos territórios que estão fora.

Assim, a marcha da periferização contém em si própria a dinâmica histórica desse tempo de globalização, interferindo aos corpos, lugares e territórios a manifestação do conflito, das consciências e das estratégias para estar dentro quando se está fora. A complexidade da vida social marca esse período contemporâneo, significando a necessidade de se repensar constantemente os conceitos na perspectiva das práticas sociais e espaciais que atestam contraditoriamente e incessantemente os embates presentes dentro da lógica espacial, como as formas territoriais urbanas em construção/desconstrução.

A HISTÓRIA DE SANTO AMARO

Durante o período colonial, estabeleceram-se aldeamentos indígenas caracterizando um “verdadeiro cinturão em torno de São Paulo”. O indígena, inicialmente, ou posteriormente o caipira participavam da vida econômica, fosse levando gêneros agrícolas para os mercados paulistanos ou prestando outros serviços. Segundo Ernani da Silva Bruno (1991): “O mesmo podendo-se dizer de Santo Amaro ou de Itapeverica que ainda, na segunda metade do oitocentismo - segundo Almeida Nogueira e Valentim Magalhães - fazia suas feiras semanais de madeira no Bexiga, onde se alinhavam dezenas de carros de boi.”

Santo Amaro surgiu de um povoamento iniciado em 1560 pelos portugueses João Paes e Suzana Rodrigues, que se estabeleceram em um local denominado Virapuera, às margens do rio Jurubatuba. Em 1686, Santo Amaro transformou-se em uma paróquia, sendo o padre José Belchior seu primeiro vigário.

Ponte de comunicação da cidade com outras localidades, caminho de passagem para a serra do Mar, Santo Amaro distinguiu-se na paisagem colonial. Além da comunicação fluvial “na banda de Guarapiranga”, “rio arriba Tamanduateí”, “além Geribativa”, as comunicações por terra foram aumentando. Um dos caminhos importantes de ligação era o de Ibirapuera, futuramente Santo Amaro, como “Caminho do Carro”. No final do século XVII, um novo caminho foi feito: “Partia da baixada do Verde Curral (depois do Bixiga ou largo do Riachuelo), seguindo rumo correspondente às ruas agora chamadas de Santo Amaro, Brigadeiro Luís Antonio, lombada do Caaguaçu e bacia do rio Pinheiros até entroncar com o Caminho do Carro, antes de chegar à povoação do Santo.”³

Como lugar de passagem, não obstante, um fato marcante era o de Santo Amaro se transformar em local de esconderijo

³ Ver BRUNO, Ernani da Silva. História das Tradições da Cidade de São Paulo. Burgo de Estudante (1828-1872). 4ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1991. 3v.

e fugas de escravos. Relato de Bruno mostra a convocação de “soldados necessários a fim de dar combate aos negros fugidos”, por serem numerosos os escravos que no século XVIII andavam fugindo ou roubando, “calhambolas que às vezes tinham verdadeiros espiões dentro da cidade”. No início do século XIX, um ofício ordenava que se acabasse com as desordens e os roubos praticados pelos negros fugidos e aquilombados nas freguesias da Penha, de São Bernardo, de Santana do Ó, de Cutia e de Santo Amaro.

Na região, estabeleceu-se uma das primeiras experiências de colonização oficial realizada em São Paulo. A Colônia de Santo Amaro (colônia alemã) foi instalada em 1829, no chamado “sertão de Santo Amaro”.

A experiência, no entanto, não teve o sucesso almejado; Segundo Berardi (1969), das 94 famílias que lograram estabelecer-se no lugar, poucas permaneceram na região, pois não tiveram qualquer auxílio oficial para a educação das crianças: “as terras ruins da colônia forçaram a dispersão”. Não havia intérpretes, nem ferramentas, sementes e animais domésticos e, em curto espaço de tempo, os nomes dos alemães se deturpam.

Em 1830, foi instalada a escola pública de Santo Amaro e, em 1832, a freguesia foi elevada à categoria de vila por decreto regencial. Desde meados do século XIX, a região era considerada “o celeiro da capital”, uma vez que abastecia São Paulo com gêneros alimentícios, carvão, madeira e pedra de cantaria.

Ao final do século XIX, havia em Santo Amaro 6.269 habitantes. Contavam-se 23 italianos, onze portugueses, 32 alemães e quinze africanos. Havia 75 filhos de mulheres escravas e 57 escravos avaliados em 21:825\$000. Posteriormente chegaram os sírios, turcos, espanhóis, russos e japoneses.

A construção da ferrovia entre Santo Amaro e a capital - a “Cia Carris de Ferro de São Paulo a Santo Amaro”, em 1886, e a inauguração do Mercado de Santo Amaro, em 1895, concorreram para a diferenciação econômica do município.

O conjunto das transformações econômicas pelo qual a cidade passava em razão da economia cafeeira e da implantação de ferrovias são fatores que levam às novas funções de abastecimento admitidas para os arredores de São Paulo, como é o caso do município de Santo Amaro. A criação dos lagos artificiais contribuiu também para a transformação de Santo Amaro como espaço de recreação e lazer, de práticas esportivas, típicas de estação de férias e de balneário, sobretudo à medida que a cidade se torna mais industrializada, articulando seus espaços internos e externos.

Numerosos aglomerados padeceram com a nova rota de transportes e, ao mesmo tempo, outros floresceram, os que são denominados por Lagenbuch (1971) de “povoados-estação”, constituindo-se lugares de convergência de produtos e pessoas nas áreas circunvizinhas a uma estação ferroviária. Além da função comercial, tais povoados passaram também a ter função industrial, como o beneficiamento de matérias-primas extrativas produzidas na redondeza. No caso de Santo Amaro, o principal transporte da madeira bruta era o trem a vapor, sendo substituído pelo bonde elétrico em 1906.

Em 1907, constrói-se a primeira usina hidroelétrica, Usina de Parnaíba ou Usina Edgard de Sousa, pela Cia. Light. Realiza-se o barramento do rio Pinheiros (reservatório ou represa de Guarapiranga), com área de 33,9 km², que se estende das imediações de Santo Amaro (Capela do Socorro) até as imediações de Embu-Guaçu, local onde as águas chegam ao seu repouso, cuja finalidade principal foi aumentar o volume das águas do rio Tietê durante as estiagens, para garantir a estabilidade no funcionamento da usina.

A Cia. Light também viabiliza a construção do reservatório da Billings, em 1926, com a inclusão do reservatório do rio Grande, seu represamento e o de vários de seus afluentes que passou a ocupar cerca de 130 km², dividido entre os municípios de Santo Amaro e São Bernardo. Podemos citar, ainda, a retificação dos canais dos rios Jurubatuba (rio Grande) e do rio Pinheiros, formado pelo encontro dos rios Jurubatuba e Guarapiranga.

A natureza das intervenções da Cia. Light demonstra que à racionalidade técnica e científica dessas obras da empresa uniam-se critérios de rentabilidade econômica associados ao uso e à ocupação do solo. Os ganhos com a valorização dos terrenos na lógica da especulação imobiliária revelam-se nas estratégias de apropriação capitalista dos recursos naturais e das terras da cidade.

O crescimento da cidade de São Paulo assinala duas funções para o subúrbio. A função residencial aparece como predominante, mas a agrícola é primordial para entender as relações internas entre a cidade de São Paulo e seus subúrbios.

Essa área vai sendo loteada ao longo do século, dando consecução ao preenchimento dos espaços vazios deixados entre as áreas construídas; dessa maneira surgiram vários bairros em Santo Amaro, decorrência das condições de retalhamento do solo com seu consequente loteamento.

Em 1935, por decreto expedido pelo interventor Armando de Sales Oliveira, a cidade de Santo Amaro seria anexada a São Paulo.

O DISTRITO INDUSTRIAL DE JURUBATUBA

A participação do setor secundário nas atividades econômicas elevou-se na composição da renda da Região Metropolitana e assistiu-se à maior intensificação de tecnologia, paralelamente à consolidação do pólo de atração de força de trabalho no país.

A atração de indústrias automobilísticas, metalúrgicas, químicas, eletroeletrônicas e de pessoas resultou em fatores que pressionaram o uso do solo da cidade para fins de produção industrial e moradia, somada à influência crescente da oferta de transportes agora impulsionada pelo rodoviário.

Com base nesse processo, a tendência da zona sul será a de atrair indústrias dos ramos metalúrgico e mecânico, químico e farmacêutico. As obras de ampliação e asfaltamento da avenida

Santo Amaro e o ramo complementar da ferrovia, que atingirá áreas mais distantes, margeando o canal retificado dos rios Grande (Jurubatuba) e Pinheiros, aceleram o impulso atrativo que essa área conhecerá.

Há o loteamento industrial como fato comprovador da dinâmica econômica pela qual passa a zona sul, mediante o exemplo do distrito industrial de Jurubatuba. Seus limites se encontravam entre a av. Nações Unidas, av. Vitor Manzini, av. Interlagos e av. Eng. Eusébio Stevaux. Região industrial que sediou as maiores indústrias da cidade de São Paulo durante os anos 60 e 70. Com pouca presença residencial, esta área foi por definição um parque industrial.

CARACTERÍSTICA ATUAL

Com a saída de indústrias do espaço metropolitano, caracterizando o processo de descentralização industrial, a região tornou-se uma localidade marcada por grandes construções abandonadas (indústrias fantasmas). Diversas áreas de antigas indústrias estão sendo ocupadas por novos tipos de empreendimento, mantendo-se a tendência que se desenvolve por toda a marginal do Pinheiros. Escolas, supermercados e outros tipos de atividades marcam o novo perfil da área.

As propostas da subprefeitura de Santo Amaro têm sido: desenvolver programas de revitalização econômica da região tendo como base as tendências em marcha; criar programas de estímulo à construção civil para fins de moradia dentro do programa “Morar Perto”; construir um fórum de desenvolvimento e revitalização industrial, comercial e de serviços da região do Jurubatuba.

Na década de 1970, projetos como o da construção do centro empresarial de São Paulo anunciam a entrada

de outra fase econômico-espacial na cidade de São Paulo, a qual se consolidará ao longo das décadas de 1980 e 1990 - o da centralização de escritórios de empresas e bancos que se instalarão naquela região sul da cidade. Centro de escritórios e edifícios inteligentes, sobretudo de empresas multinacionais, bancos e prestadores de serviços; supermercados e hipermercados, como o Carrefour e o Extra, além de edifícios onde serão instalados escritórios do Deutsche Bank, AT&T, Compaq, Amro Bank, de grupos como o D&D, o hotel Transamérica, Ricardo Ellis, Hoescht, Gazeta Mercantil e Credicard Hall.

Desde a década de 1980, ocorrem também lançamentos de projetos imobiliários, de prédios de apartamentos com quatro dormitórios, no Morumbi, no Campo Belo, na Vila Olímpia, no Itaim, em Moema e na Vila Nova Conceição. Novas valorizações e revalorizações de zonas residenciais destinadas às classes média e alta da cidade, e o conseqüente processo de verticalização, mas que empurram os pobres para áreas mais distantes, avançando no novo processo de periferização.

A HIPERPERIFERIA DE CAPÃO REDONDO

O Capão Redondo integra geograficamente a zona sul; do ponto de vista territorial, pertence à administração da Subprefeitura de Campo Limpo, mas, no passado, pertenceu à administração de Santo Amaro, que foi subprefeitura até 1971, quando foram implantadas as administrações regionais. No início, era um bairro rural e, a exemplo dos arredores de São Paulo, a região era composta por caipiras produzindo gêneros agrícolas e, no caso específico da região de Santo Amaro, também vendiam madeira e carvão para construção e combustível para a capital.

Ao que tudo indica, tanto o Campo Limpo, quanto o

Capão Redondo estavam situados na bifurcação de estradas, um para M'Boy, no primeiro, e outra que se ramifica no segundo em direção a uma rede de caminhos para Santo Amaro, Itapecerica e o sertão de Juquitiba. Essa característica dos povoados foi denominada por Langenbuch de “povoados entroncamentos” por ser área de confluência de pessoas (sitiantes, pescadores, domingueiros), vindas de estradas secundárias mediante ônibus que circulam pela estrada principal.

Entre as décadas de 1950 e 1960 ocorreu o desenvolvimento industrial acelerado sob planos desenvolvimentistas encabeçados pelo Estado e associados à participação da empresa nacional com a estrangeira. Às transformações na estrutura produtiva correspondeu uma concentração do parque industrial em São Paulo e o eixo dinâmico da economia nacional. O Capão Redondo assume nessa fase a função de bairro-dormitório, característica da expansão periférica montada sobre o loteamento e a autoconstrução, que viabilizam a reprodução social dos trabalhadores no contexto da periferização de São Paulo.

Nas periferias de Capão Redondo, o que sobra é o concreto, o entulho nas esquinas e as casas inacabadas e justapostas. Em relação às áreas verdes, o parque Santo Dias tem 137 km², enquanto o Ibirapuera, 1.600 km². O primeiro é cercado pelo Jd. Lídia, Jd. Piracema, Cohab Adventista, Jd. Itaoca, Jd. Sandra, Pq. Maria Helena e Vila Santa Terezinha. É pouco parque para muita gente, tanto que os moradores não se reconhecem nele, e chamam-no de “mata”. Qualquer criança da Cohab é capaz de narrar, a cada quebrada, como foi o estupro, o assassinato ou o assalto de alguém em seu interior. Nos fins de semana, no entanto, a “mata” fica superlotada. As obras do Metrô chegaram ao bairro em 2002 pela linha Largo 13 - Capão Redondo - Santo Amaro.

A expansão metropolitana hoje está assentada sobre a incorporação de áreas até então consideradas periféricas,

caracterizando uma reversão do padrão de crescimento periférico da cidade, seja com a procura da moradia em cortiços nas áreas centrais, seja por expulsão dos moradores para áreas mais distantes já próximas de outros municípios e para terrenos das Áreas de Proteção dos Mananciais (APM's).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos na estruturação dos trabalhos de campo do XV ENG um momento privilegiado para realizar uma proposta de análise da urbanização periférica: direção Sul-Sudoeste da metrópole paulistana.

Para alcançar os objetivos desejados, a atividade de campo se estendeu ao longo do canal do rio Pinheiros, a partir da estação de trens Cidade Universitária. Ordenamos este roteiro segundo os pontos previstos para explanação e diálogo com os participantes, conforme o percurso a seguir: estação Universitária de trens da CMTU; av. Luiz Carlos Berrini; distrito industrial de Jurubatuba e Capão Redondo

Em cada eixo do trajeto, procuramos discutir seus aspectos específicos, analisando os momentos históricos distintos em que eles significaram a ocupação da várzea do rio Pinheiros, desde os projetos da empresa Light que, no começo do século XX, empreendeu investimentos para a produção de energia utilizando o rio, até a atual formação da av. Luiz Carlos Berrini que se estruturou como nova centralidade na metrópole.

Seguindo esse intento, analisamos as feições contemporâneas do distrito industrial de Jurubatuba e as novas que se expressam por segmentos terciários metropolitanos que vêm sendo desenvolvidos nesse local.

No Capão Redondo, buscamos refletir a presença de uma enorme periferia, a qual se espalha até dentro mesmo da represa de Guarapiranga, manancial da cidade de São Paulo.

A expansão da Faria Lima, conseqüente à Operação Urbana do mesmo nome, articula esses processos sócio-espaciais, construindo vitrinas do capitalismo global (edifícios luxuosos, escritórios de banco e multinacionais, prédios inteligentes - “skylines”), ao mesmo tempo, promovendo a remoção de favelas (Jardim Edith), empurrando os pobres para as favelas e os bolsões de pobreza, realizando o desenho metropolitano atual que, nesse eixo, espelha o capital financeiro e a valorização do espaço, como processos inerentes aos ritmos de desenvolvimento capitalista atual, do qual surgem novas e diferentes periferias.

Cada participante do trabalho de campo recebeu um caderno contendo o texto-base entregue por estas autoras. Esse material foi organizado pelos integrantes da Comissão de Trabalho de Campo da AGB e um monitor foi acompanhando o roteiro estipulado, permitindo que o desenrolar das exposições e das discussões nas paradas realizadas resultassem na concretização do Trabalho de Campo proposto.

Assim, o trabalho de campo produziu momentos de discussões ricas que possibilitaram a compreensão de que o conhecimento produzido pode ser profundamente refletido na articulação da teoria à realidade constituída, principalmente, quando as abstrações tomaram os diversos níveis da vida urbana e é a metrópole a expressão de um processo de fragmentação do espaço, do corpo e do próprio conhecimento.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, A. de. **Subúrbios Orientais de São Paulo**. Tese (Concurso à Cadeira de Geografia do Brasil). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo, 1945.
- BERARDI, M. H. P. Santo Amaro. **História dos bairros de São Paulo**. São Paulo: DC/Prefeitura Municipal de São Paulo, n. 4, p. 52-128, 1969.

BRUNO, Ernani da Silva. História das Tradições da Cidade de São Paulo. Burgo de Estudante (1828 - 1872). 4ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1991. 3v.

DAMIANI, A. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In CARLOS, A. F. A. de & OLIVEIRA, A. U. de. Geografias de São Paulo. Representação e crise da metrópole. SP: Contexto, 2004. p. 19-59.

FIX, M. São Paulo cidade global. Fundamentos financeiros de uma miragem. SP: Boitempo, 2007.

LAGENBUCH, J. A estruturação da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: FIBGE, 1971.